



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**TERMO**

**TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 712/2021/SUPEL/ÔMEGA/RO.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.125449/2021-02/SEDUC.**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Permanente: Conjuntos Refeitório a fim de atender as demandas apresentadas pelas Unidades Educacionais e Coordenadorias Regionais de Educação da rede estadual de ensino vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO.

**RECORRENTE: CAPELLI & CAPELLI LTDA (CNPJ 94.521.341/0001-56)**

**RECORRIDA: NORTE OFFICE PROJETOS & MOBILIÁRIOS LTDA ME (CNPJ 29.642.958/0001-68)**

**TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria N.º 048/GAB/SUPEL, publicada no DOE do dia 14 de abril de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **CAPELLI & CAPELLI LTDA**, acima qualificada, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

**I – DA ADMISSIBILIDADE**

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso para os **itens 02, 04 e 06**, em momento oportuno, contra a classificação e habilitação da licitante Recorrida, alegando que:

*“Temos intenção de fazer recurso, contra a empresa Norte Office, em vista dela não ter apresentado na qualificação técnica, atestados que perfazem os 10% solicitados no edital.”*

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 44 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, o Pregoeiro Substituto recebe e conhece a intenção interposta, por **reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO** e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

## **II. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E SUAS RAZÕES**

Considerando que a atividade do pregoeiro quanto à análise das intenções dos recursos manifestadas na sessão do pregão deve se restringir à verificação da existência dos pressupostos recursais, a saber, a sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, bem como o Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, esta Pregoeira acolheu a manifestação da licitante **CAPELLI & CAPELLI LTDA**, possibilitando a mesma a apresentação da peça recursal, eis que, no caso em tela, estão presentes os pressupostos recursais.

## **III. DAS RAZÕES RECURSAIS**

“(…)

Em análise e acompanhamento da licitação em debate constatou-se que a empresa ora Recorrida Norte Office deixou de cumprir as exigências do instrumento convocatório, nitidamente quanto a sua comprovação de capacidade técnica para o fornecimento de bens.

A saber, o instrumento convocatório possui a seguinte redação:

“13.8.3. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado deverá (rão) ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente. O não reconhecimento de firma não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.

(…)

b.1) Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si.”

Note que, o edital é claro e objetivo ao exigir que os Atestados de Capacidade Técnica demonstrem que o licitante forneceu os itens similares aos constantes no instrumento convocatório, em quantidade mínima de 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item.

Pois bem, a empresa Recorrida Norte Office está atualmente habilitada para os itens 2, 4 e 6, quais sejam:

- Item 2 – Conjunto Refeitório com 04 Lugares, composto de mesa e cadeiras, 117 unidades;
- Item 4 - Conjunto Refeitório com 6 Lugares, composto de mesa e cadeiras, 164 unidades;
- Item 6 - Conjunto Refeitório com 8 Lugares, composto de mesa e cadeiras, 108 unidades;

Assim, conforme a norma expressa do edital, seria necessária a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, de qualquer dos itens constantes no Termo de Referência, com menos 10% do quantitativo.

A soma dos itens que a empresa Recorrida venceu e encontra-se habilitada no certame é consubstanciada em 389 conjuntos refeitórios, sendo válida a apresentação mínima de 10% deste montante, totalizando somente 38 conjuntos.

Frise-se, para que a Recorrida atenda as exigências do instrumento convocatório precisa comprovar

fornecimento de somente 38 conjuntos. Claro que, sempre é importante pautar as decisões públicas com a máxima razoabilidade, e por isso não se vê como um problema a apresentação de mesas e cadeiras avulsas, desde que, seu quantitativo alcance o mínimo exigido.

Entretanto, ainda assim, sem sorte, a empresa não teve o quantitativo mínimo, apresentando comprovação de fornecimento para somente 11 (onze) mesas, isso considerando mesas e estações de trabalho.

Com esse quantitativo, a empresa Recorrida poderia fornecer, no máximo, 1 (um) dos itens em se sagrou vencedora e não os 3 (três) itens na qual está habilitada.

Note que, para atendimento as exigências de qualificação técnica do instrumento convocatório e fornecimento dos 3 itens que a empresa Recorrida foi habilitada seria elementar comprovação de entrega de 38 mesas e pelo menos 231 cadeiras, visto que os conjuntos são de 4, 6 e 8 lugares.

Lembre-se, Senhores, que a análise do processo licitatório deve ser pautada com a razoabilidade, entretanto, não pode ultrapassar a vinculação ao instrumento convocatório, o qual é expresso ao mencionar a quantidade mínima de 10% (dez por cento) para comprovar a capacitação técnica da empresa fornecedora.

O instrumento convocatório faz lei entre as partes e não pode a Administração Pública descumprir as regras que ela própria criou. Se o instrumento convocatório trouxe em seu bojo a regra de comprovação mínima dos atestados de capacidade, o fez com base em estudos e necessidades que justificam o seu pedido, e por isso ignorar tal ordem traria nulidade ao processo licitatório e afastaria a legalidade de todo o certame.

(...)”

#### **IV. DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA**

“(…)”

Vejamos o que diz o edital quanto a comprovação de Qualificação Técnica, transcrito a seguir:

13.8.3. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado deverá (rão) ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente. O não reconhecimento de firma não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.

a) Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET) – Apresentar atestado compatível em características.

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu material permanente, condizentes com os itens que apresentar proposta.

b) Para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET) Apresentar atestado compatível em características e quantidades.

b.1) Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si.

Ocorre que, os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, observa-se que o mesmo atende o instrumento convocatório, pois possui quantidades compatíveis na Soma de Atestados conforme subitem b.1.

Oportuno salientar que a empresa recorrente (Capelli) apresentou os mesmos atestados técnicos com os materiais permanentes similares ao da recorrida.

(...)”

## V. DA ANÁLISE:

**Não ASSISTE razão** a Recorrente pelos motivos abaixo descritos:

No caso em apreço, destaca-se a irrisignação da Recorrente em razão da classificação e habilitação, neste certame, da licitante ora Recorrida.

Na sua peça recursal, a recorrente inicia afirmando:

“(…)

A soma dos itens que a empresa Recorrida venceu e encontra-se habilitada no certame é consubstanciada em 389 conjuntos refeitórios, sendo válida a apresentação mínima de 10% deste montante, totalizando somente 38 conjuntos. Frise-se, para que a Recorrida atenda as exigências do instrumento convocatório precisa comprovar fornecimento de somente 38 conjuntos.

Claro que, sempre é importante pautar as decisões públicas com a máxima razoabilidade, e por isso não se vê como um problema a apresentação de mesas e cadeiras avulsas, desde que, seu quantitativo alcance o mínimo exigido.

Entretanto, ainda assim, sem sorte, a empresa não teve o quantitativo mínimo, apresentando comprovação de fornecimento para somente 11 (onze) mesas, isso considerando mesas e estações de trabalho.

Com esse quantitativo, a empresa Recorrida poderia fornecer, no máximo, 1 (um) dos itens em se sagrou vencedora e não os 3 (três) itens na qual está habilitada.

Note que, para atendimento as exigências de qualificação técnica do instrumento convocatório e fornecimento dos 3 itens que a empresa Recorrida foi habilitada seria elementar comprovação de entrega de 38 mesas e pelo menos 231 cadeiras, visto que os conjuntos são de 4, 6 e 8 lugares.

(…)”

Pois bem, o Edital do Pregão Eletrônico 712/2021 SEI ID 0021968630 traz a compatibilidade em quantidade mínima exigida no Item 13.8.3, b.1 que dispõe *“Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si.”*

Os itens apresentados na proposta do recorrido foram:

- O item 02 (Conjunto refeatório com 04 lugares, composto de mesa e cadeiras), sendo 117 unidades, tendo que comprovar em atestado o quantitativo de 11 unidades.
- O item 04 (Conjunto refeatório com 06 lugares, composto de mesa e cadeiras), sendo 164 unidades, tendo que comprovar em atestado o quantitativo de 16 unidades.
- O item 06 (Conjunto refeatório com 08 lugares, composto de mesa e cadeiras), sendo 108 unidades, tendo que comprovar em atestado o quantitativo de 10 unidades.

Assim, considerando o somatório dos itens seria necessário comprovar por parte do licitante o total de 38 unidades. Nos seus documentos de habilitação, SEI ID 0023782933, páginas 68 à 72, constam os Atestados de Capacidade Técnica emitidos pela Prefeitura de Porto Velho, pela Sebrae,

Alliance e pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e atestam o quantitativo de unidades solicitados, portanto, resta comprovado que a licitante atendeu quanto a compatibilidade em quantidade.

Destaco que a exigência de compatibilidade entre o ramo de atividade das empresas licitantes e o objeto do certame licitatório previsto no Edital não pode ser vista de forma restritiva, não podendo se ater a uma semelhança literal e sim analisar se há uma relação de pertinência, devendo a Administração Pública, ao fazer a análise da documentação técnica das empresas participantes, verificar se são compatíveis, de forma geral, com os serviços objeto da licitação.

Nesse contexto, vale mencionar o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais que também já decidiu em situações similares:

“Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)”

“Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)”

Por relevante, convém mencionar também a decisão do Tribunal de Contas da União, na qual destacou acerca da inabilitação de licitantes, dispondo que a falta de previsão expressa do objeto licitado em seu contrato social fere o caráter competitivo da licitação, conforme se observa do teor do seguinte julgado (Acórdão nº 571/2006 – Plenário):

“No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era ‘locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou materiais’, vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.

De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100)

Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.”

Cumpre mencionar que a análise dos documentos para habilitação apresentados não somente pela proponente habilitada mas por qualquer outra empresa (em qualquer certame), objetiva atestar se os proponentes possuem personalidade e capacidade jurídica suficientes para serem titulares de direitos e obrigações diante a Administração Pública.

Portanto, a Recorrida apresentou atestados de mobiliário (mesas, armários, arquivos e etc), em compatibilidade com o objeto ora licitado, bem como em quantitativo mínimo exigido, conforme comprovações constantes no documento SEI ID 0023782933, páginas 68 à 72.

Assim, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

Diante de todo exposto, este Pregoeiro entende, que só há a necessidade de revisão de atos realizados quando houver motivo cabal de nulidade ou convalidação, o que não houve no caso em tela, pois conforme demonstrado e justificado no mérito, os argumentos apresentados pela Recorrente não trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, não sendo os mesmos suficientes para motivar a reformulação do julgamento proferido na decisão exarada na ata da sessão do certame em epígrafe.

Desta forma, restou demonstrado que o fim público foi atingido, tendo a Administração selecionado a melhor proposta, ficando claro o atendimento ao instrumento convocatório, aos Princípios da legalidade e da razoabilidade e que foi dada ampla transparência a todo o procedimento.

## **VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, em cumprimento ao art. 17, inc. VII, do Decreto Estadual nº 21.182/2021, após análise dos recursos manifestos, recebidos e conhecidos, com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios que regem o processo licitatório, opino pela sua IMPROCEDÊNCIA, mantendo a Recorrida habilitada neste certame.

Importante destacar que esta decisão, não vincula a deliberação superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado a este certame, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise e a conclusão.

Em cumprimento ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações, submeto a presente decisão à análise do Superintendente Estadual de Compras e Licitações, para manutenção ou reformulação da mesma.

Porto Velho, 22 de julho de 2022.

**RONALDO ALVES DOS SANTOS**  
Pregoeiro Substituto- Equipe ÔMEGA/SUPEL  
Mat. 200006353



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Alves dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 25/07/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0030646827** e o código CRC **A1053E85**.

---

---

**Referência:** Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0029.125449/2021-02

SEI nº 0030646827